



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Relatório de Gestão e Contas
do
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
2022



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice

1. Nota introdutória.....	4
2. Enquadramento	4
3. Atividades Desenvolvidas	7
3.1. Candidaturas apresentadas	8
3.2. Apreciação de candidaturas	10
3.3 Contratos de Financiamento	13
3.4. Situação das candidaturas 2009-2022	16
4. Sistema de Gestão do Fundo	17
5. Análise Orçamental, Económica e Financeira	18
5.1. Análise Orçamental.....	18
5.2. Demonstrações Financeiras.....	23
6. Síntese conclusiva	28
Demonstrações Orçamentais	41



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Índice de Quadros e Gráficos

Gráfico 1 – Evolução das candidaturas apresentadas (2020 – 2022)	8
Gráfico 2 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2022	8
Quadro 1 – Distribuição de candidaturas por distrito – 2022	9
Quadro 2 – Distribuição de candidaturas por âmbito – 2022	9
Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas – 2022	10
Quadro 4 – Reapreciação de Candidaturas	10
Quadro 5 – Candidaturas arquivadas	11
Quadro 6 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério	12
Quadro 7 – Contratos de Financiamento.....	13
Quadro 8 – Candidaturas aprovadas sem contrato.....	14
Gráfico 3 – Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2022	16
Quadro 9 – Execução da Receita	18
Quadro 10 – Proveniência da receita efetiva	19
Quadro 11 – Evolução da Receita (2021-2022)	19
Gráfico 4 – Evolução da receita por agrupamentos (2021 e 2022)	19
Quadro 12 – Execução da Despesa	20
Quadro 13 – Evolução da despesa.....	21
Gráfico 5 – Evolução da despesa (2021 a 2022)	21
Anexos	30
Balança	31
Demonstração de Resultados por Natureza	32
Demonstração das Alterações do Patrimônio Líquido.....	33
Demonstração de Fluxos de Caixa	34
Anexo às Demonstrações Financeiras	35
Demonstração de Desempenho Orçamental	41
Demonstração de Execução Orçamental da Receita	42
Demonstração de Execução Orçamentais da Despesa	43
Demonstração de Alterações Orçamentais da Receita	44
Demonstração de Alterações Orçamentais da Despesa	45



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Lista de abreviaturas

ANBA	Academia Nacional de Belas Artes
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CCDR Algarve	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CHMA	Centro Hospitalar do Médio Ave, E.P.E.
CHO	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E.
CHPL	Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa
CPL	Casa Pia de Lisboa
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DRAP Alentejo	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
DRAP Algarve	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve
DRAP Norte	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte
DRAPLVT	Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo
EPE	Entidades Públicas Empresariais
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.
FRCP	Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial
GNR	Guarda Nacional Republicana
HDFF E.P.E	Hospital Distrital Figueira da Foz, E.P.E
ICA, I.P.	Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P.
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF	Inspeção Geral de Finanças
IPLeiria	Instituto Politécnico de Leiria
IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
ISCTE-IUL	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa
LNEG, I.P.	Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.
MAA	Ministério da Agricultura e Alimentação
MAAC	Ministério do Ambiente e da Ação Climática
MAI	Ministério da Administração Interna
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEdu	Ministério da Educação
MEM	Ministério da Economia e do Mar
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PRA	Programa de Remoção de Amianto
PSP	Polícia de Segurança Pública
RC	Reabilitação e Conservação
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGEC	Secretaria-Geral da Educação e Ciência
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SGMF	Secretaria-Geral do Ministério das Finanças
SGMNE	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros
SGMTSSS	Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
SGPCM	Secretaria-Geral do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
TC	Tribunal de Contas
UGP	Unidade de Gestão Patrimonial



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

1. Nota introdutória

O relatório de gestão e contas do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (FRCP), é elaborado em cumprimento do disposto no artigo 2.º do seu Regulamento de Gestão, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, que determina ainda que o mesmo deverá ser presente ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, após emissão de parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

O presente documento apresenta uma visão da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando, também, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o ano de 2022, atentos os objetivos e ações definidos no respetivo plano de atividades.

2. Enquadramento

O Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial foi criado pelo Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro¹, tendo por objeto e finalidade o financiamento das operações de recuperação, de reconstrução, de ampliação, de adaptação, de reabilitação e de conservação dos imóveis da propriedade do Estado.

O FRCP tem a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 24/2009, regendo-se a sua atividade nos termos do Regulamento de Gestão já referido.

O financiamento provém, essencialmente, da receita proveniente de contrapartidas recebidas em virtude da implementação do princípio da onerosidade², receitas resultantes da alienação, da oneração, cedência de utilização e do arrendamento de bens imóveis do Estado, e de rendimentos provenientes de aplicações financeiras.

Podem ser beneficiários de financiamento do Fundo os serviços utilizadores dos imóveis do Estado que apresentem a respetiva candidatura, devendo, no entanto, os projetos estar enquadrados no âmbito dos planos de conservação e reabilitação relativos aos imóveis que lhe estão afetos, elaborados em cumprimento do disposto no Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, com exceção das seguintes situações:

- Os imóveis classificados da propriedade do Estado não afetos ao funcionamento de serviços públicos;
- Os imóveis da propriedade do Estado utilizados pelas entidades a favor dos quais reverta integralmente o produto da alienação e oneração do património do Estado;
- As obras de conservação ou beneficiação que sirvam apenas para modernização das instalações;
- As obras em imóveis disponíveis para alienação;

¹ Alterado pelo artigo 170.º da Lei do Orçamento do Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro)

² Nos termos previstos na alínea a) do artigo 7.º da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- As operações de intervenção cujo orçamento global seja inferior a 100.000€, salvo obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

O financiamento é a fundo perdido, podendo atingir 80% do custo estimado da operação de intervenção. Pode ser atribuída uma comparticipação financeira de percentagem superior, nas situações de obras urgentes ou prioritárias face à gravidade extrema das deficiências de solidez, segurança e salubridade do imóvel ou à sua especial localização.

Podem ainda ser beneficiários de financiamento do Fundo os institutos públicos e as empresas públicas do setor empresarial do Estado, ao abrigo “Programa de Remoção de Amianto”, de acordo com o estipulado na Lei do Orçamento do Estado e nas condições definidas na norma, sendo também viável financiamento reembolsável da verba que não seja financiada a fundo perdido.

As condições de atribuição e suspensão do financiamento pelo Fundo, bem como os demais direitos e deveres das partes, são reduzidos a escrito no contrato de financiamento.

Nos termos do Regulamento compete às Unidades de Gestão Patrimonial a apresentação à Comissão Diretiva do Fundo das candidaturas elaboradas pelos Serviços. Compete-lhe ainda, efetuar o acompanhamento do contrato de financiamento, designadamente, aferir do cumprimento do projeto de execução da obra, e informar a Comissão Diretiva nas várias fases do projeto, tendo em vista o desembolso da comparticipação financeira, sendo as operações materiais de fiscalização e acompanhamento da obra reduzidas a auto.

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, sendo presidida, por inerência, pela Diretora Geral do Tesouro e Finanças, e os restantes membros da comissão diretiva nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças:

- Presidente da Comissão Diretiva - Dr.ª Maria João Araújo - Diretora Geral do Tesouro e Finanças³
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Arq.º Miguel Marques dos Santos, Subdiretor-Geral do Tesouro e Finanças
- Vogal da Comissão Diretiva⁴ – Dr.ª Liliana Andreia da Fonseca Lourenço, técnica superior especialista em orçamento e finanças públicas do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tesouro e Finanças

A Comissão Diretiva é responsável por assegurar as relações do Fundo com as Unidades de Gestão Patrimonial, com os Serviços utilizadores dos imóveis e com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), bem como apreciar, hierarquizar e aprovar as candidaturas apresentadas e proceder ao acompanhamento da execução das operações financiadas.

O Fundo não dispõe de recursos humanos próprios, sendo a DGTF que presta à comissão diretiva o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

³ Despacho n.º 4814/2020, 3 de abril de 2020, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 79 de 22 de abril

⁴ Despacho do Secretário de Estado do Tesouro de 27.12.2017



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Em 2022 estiveram afetos ao Fundo para concretização dos seus objetivos os seguintes recursos humanos da DGFT: 1 técnico superior a tempo inteiro, dedicado à gestão geral do Fundo, 2 técnicos superiores para a análise técnica das candidaturas, 1 técnico superior, a tempo parcial, na área financeira, e um técnico administrativo para acompanhamento dos processos.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3. Atividades Desenvolvidas

No ano de 2022, foram realizadas oito reuniões da Comissão Diretiva, das quais foi lavrada a competente ata, para apreciação dos assuntos atribuídos a este órgão. Os temas apreciados incidiram sobre a análise, apreciação e aprovação das candidaturas submetidas ao Fundo, as decisões de financiamento das candidaturas aprovadas e ainda a gestão e programação financeira do Fundo.

No âmbito das matérias apreciadas, identificam-se os seguintes pontos:

- Apreciação e aprovação da reaplicação de verbas de CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo e ainda da retenção dos respetivos juros;
- Aprovação do montante a financiar de dez candidaturas;
- Aprovação da alteração do montante a financiar de oito candidaturas aprovadas em anos anteriores;
- Aprovação de três contratos de financiamento;
- Apreciação e autorização dos pedidos de comparticipação apresentados pelas entidades, na sequência dos contratos de financiamento celebrados em execução;
- Apreciação de processos de despesa no contexto do fecho orçamental de 2021;
- Apreciação e aprovação do relatório de gestão e contas de 2021 e restantes documentos de prestação de contas respeitantes ao ano económico de 2021;
- Apreciação e aprovação dos relatórios trimestrais da execução orçamental respeitantes a 2022;
- Aprovação da proposta de orçamento do Fundo para 2023;
- Apreciação da Proposta de "Guia para Instrução e Gestão das Candidaturas ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial – Reabilitação Conservação"

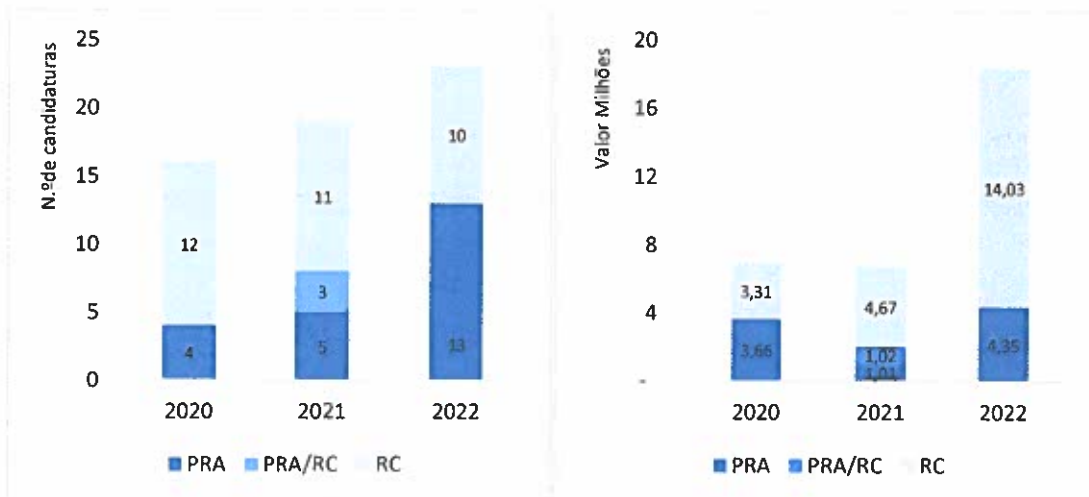
A atividade desenvolvida em 2022 integrou um conjunto de projetos e ações, que se encontravam definidos no respetivo plano de atividades e cujos resultados alcançados se encontram sustentados e sintetizados nos pontos seguintes.

3.1. Candidaturas apresentadas

3.1.1. Evolução das candidaturas apresentadas

O gráfico 1 ilustra a evolução na atividade do Fundo, em termos de candidaturas apresentadas.

Gráfico 1 – Evolução das candidaturas apresentadas (2020 – 2022)



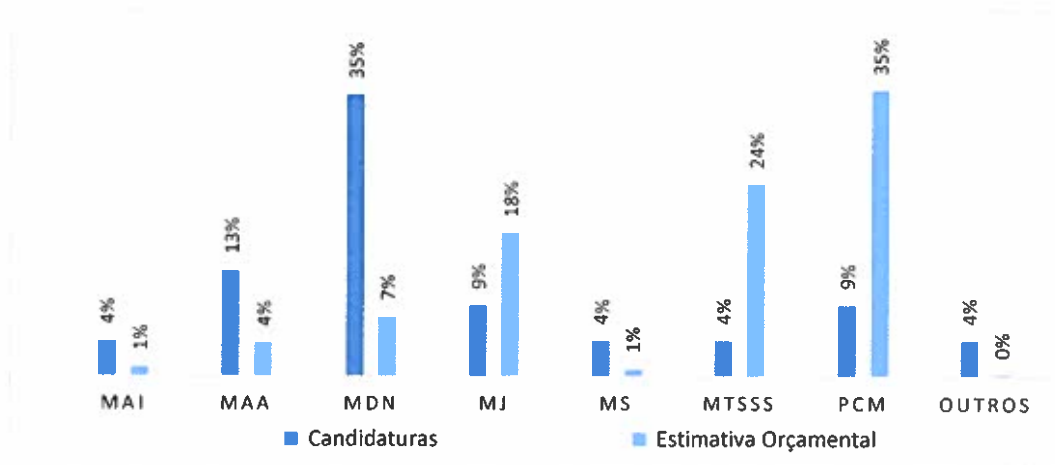
Durante o ano de 2022, foram apresentadas 23 candidaturas no valor de 18,4 milhões de euros, comparativamente com os anos anteriores, verifica-se um aumento, quer ao nível do número de candidaturas apresentadas, quer a nível do valor.

Quanto ao âmbito das candidaturas verificou-se uma alteração na estrutura, regista-se uma predominância de candidaturas apresentadas ao abrigo do Programa de Remoção de Amianto (PRA), embora o valor das restantes candidaturas represente um valor superior.

3.1.2. Caracterização das candidaturas apresentadas em 2022

O gráfico 2 e os quadros 1 e 2, refletem a distribuição das candidaturas apresentadas em 2022 por Ministério, distribuição geográfica e tipo de entidades.

Gráfico 2 – Distribuição das candidaturas por Ministério -2022



[Handwritten signature and initials]

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Conforme resulta do gráfico anterior, em 2022, quanto à distribuição por Ministério, verifica-se uma concentração no número de candidaturas apresentadas no MDN com 35% candidaturas, correspondendo a 8 candidaturas. Atendendo ao investimento global das intervenções, destaca-se a PCM seguindo-se o MJ, correspondendo a um investimento 6,5 milhões de euros e 3,2 milhões respetivamente.

Em relação à localização dos imóveis e investimentos envolvidos, conforme consta no quadro seguinte, salienta-se o distrito de Lisboa, com 11 candidaturas apresentadas com um valor aproximado de 15,8 milhões de euros, correspondente a 86 % do investimento.

Quadro 1 – Distribuição de candidaturas por distrito – 2022

Distrito	N.º	Nº (%)	Valor (€)	Valor (%)
Aveiro	1	4%	120 812	1%
Beja	4	17%	929 556	5%
Braga	1	4%	160 000	1%
Bragança	1	4%	433 452	2%
Lisboa	11	48%	15 809 769	86%
Porto	3	13%	649 970	4%
Santarém	2	9%	269 108	1%
Total Geral	23	100%	18 372 668	100%

No que respeita à caracterização das entidades, a estrutura foi idêntica à de anos anteriores, mantendo-se a predominância das entidades no âmbito da Administração Direta do Estado.

Quadro 2 – Distribuição de candidaturas por âmbito – 2022

Entidade	PRA		RC	
	N.º	Valor (€)	N.º	Valor (€)
Administração Direta	10	3 398 854	9	13 984 534
Administração Local	-	-	1	41 500
Administração Indireta- Entidade Pública Empresarial	1	22 253	-	-
Administração Indireta -Instituto Publico	1	326 480	-	-
Outras Entidades - Central/Associação Pública - Fundação	1	599 047	-	-
Total	13	4 346 634	10	14 026 034

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2. Apreciação de candidaturas

3.2.1. Aprovação de Candidaturas

Conforme descrito no ponto anterior, no decorrer do ano de 2022 foram apresentadas 23 novas candidaturas, que no conjunto totalizam aproximadamente 18,3 milhões de euros de investimento, que acresceram às candidaturas transitadas de anos anteriores, cujos processos ainda não se encontravam concluídos.

De referir que transitaram do ano anterior 54 candidaturas, das quais 37 se encontravam pendentes da junção de elementos adicionais ou em fase de análise técnica, com vista à sua aprovação, e 17, embora já aprovadas, encontravam-se pendentes de contratualização.

Durante o ano de 2022, foram aprovadas 10 candidaturas a que corresponderá um financiamento de cerca de 5,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo face à atividade de ano anterior, com 15 candidaturas aprovadas, com financiamento aprovado (7,2 milhões de euros em 2021).

O quadro seguinte, resume as candidaturas aprovadas por ministério:

Quadro 3 – Candidaturas Aprovadas – 2022

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
MDN - Exército	2	348 421	229 958
MDN - Força Aérea	1	40 997	40 178
MEdu - PARQUE ESCOLAR, E.P.E.	1	22 253	15 132
MS - CHO	1	495 381	475 565
Subtotal - PRA	5	907 052	760 833
MAI - GNR	1	206 022	164 818
MAA - DRAPLVT	1	182 353	136 765
MF - SGMF	1	841 494	673 195
PCM - CCCR Algarve	1	332 156	265 724
PCM - SGPCM	1	4 591 175	3 672 940
Subtotal - RC	5	6 153 200	4 913 442
Total	10	7 060 252	5 674 275

Foram ainda objeto de reapreciação 8 candidaturas aprovadas em anos anteriores, na sequência da apresentação dos projetos de execução e respetivos orçamentos, por os trabalhos serem diversos dos apresentados no estudo prévio e/ou acréscimo do valor do projeto de execução face à estimativa inicialmente apresentada, e ainda na sequência de alterações dos valores apurados decorrentes dos procedimentos de contratação pública.

Quadro 4 – Reapreciação de Candidaturas

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Montante a Financiar
MEdu/MCTES - IPEiria	1	2 473 543	2 374 601
MS - HDFF, E.P.E.	1	280 819	261 161
Subtotal - PRA	2	2 754 362	2 635 763
MAA - DRAPLVT	1	259 019	207 215
MS - CHPL	1	4 791 166	3 832 933
MTSSS - CPL, I.P.	1	706 678	565 343
PCM - DGLAB	2	2 225 916	1 735 450
PCM - SGPCM	1	2 319 570	1 855 656
Subtotal - RC	6	10 302 349	8 196 597
Total	8	13 056 711	10 832 360

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2.2. Candidaturas não admitidas/arquivadas

Durante o ano de 2022, em resultado do acompanhamento às candidaturas, nomeadamente através de pedidos de informação solicitados pelo Fundo às entidades e respetivas Unidades de Gestão Patrimonial, foi deliberado arquivar 6 candidaturas que já tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores e 33 candidaturas que se encontravam pendentes de aprovação. Assim, após a obtenção de informação das entidades sobre a intenção de não dar continuidade às candidaturas, foram arquivadas 39 candidaturas que corresponderiam a um financiamento de cerca de 15,4 milhões de euros.

O quadro seguinte resume as referidas candidaturas por âmbito e entidade:

Quadro 5 – Candidaturas arquivadas

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MDN - Exército	1	172 200	121 571
MDN - Força Aérea	3	741 730	668 221
MS - CHMA, E.P.E.	1	160 000	160 000
Subtotal - PRA	5	1 073 930	949 793
* MAI - GNR	4	793 350	634 680
* MAI - SEF	1	713 400	570 720
* MTSSS - IEFP	1	2 615 128	1 511 450
MAI - GNR	1	135 300	108 240
MAA - DRAP Alentejo	1	18 001	14 401
MAA - DRAP Norte	13	1 977 142	1 789 554
MEM/MAA - IPMA, I.P.	1	129 107	103 286
MCTES - IPC	1	380 290	304 232
MJ - SGMJ	1	2 162 044	1 729 635
MS - SGMS	1	407 745	326 196
MTSSS - DGSS	1	197 681	158 145
PCM - DGLAB	7	7 159 933	7 159 933
Administração Local	1	41 500	
Subtotal - RC	34	16 730 620	14 410 470
Total	39	17 804 550	15 360 262

* Candidaturas aprovadas em anos anteriores

No que se refere ao Programa de Remoção de Amianto (PRA), destacam-se as candidaturas apresentadas pela Força Aérea, que não reuniam condições para ser aprovadas (3). Refira-se ainda, a apresentação de uma candidatura pelo Centro Hospitalar do Médio Ave, que não reunia os requisitos para ser admitida por se tratar de um imóvel propriedade de uma entidade particular.

Quanto às candidaturas para reabilitação e conservação, destacam-se as da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), com 7 candidaturas e da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com um total de 20 candidaturas, no montante global de 8,9 milhões de euros, apresentadas em anos anteriores, e cuja apreciação estava pendente do envio de elementos.

De notar que a candidatura arquivada do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P, foi substituída por nova candidatura.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.2.3. Candidaturas pendentes ou em análise

No que se refere às candidaturas pendentes de apreciação ou em análise, verificou-se uma redução muito significativa no número de candidaturas (17), face às 37 registadas em 2021, e uma redução do investimento que lhes está associado, que no seu conjunto totaliza 10,1 milhões de euros, comparando com o valor de 13,6 milhões de euros registado no ano anterior. A repartição por ministério e tipologia, resume-se no quadro seguinte:

Quadro 6 – Candidaturas pendentes ou em análise, por ministério

Ministério - Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MAAC - LNEG, I.P.	1	326 480	221 815
MDN - Força Aérea	2	210 179	56 295
MCTES - ISCTE-IUL	1	599 047	453 524
PCM - DGLAB	1	1 897 527	1 262 541
PCM - ICA, I.P.	1	412 672	165 069
MAI - PSP	1	448 950	428 912
MAA - DRAP Algarve	1	299 997	260 790
MAA - DRAPLVT	1	274 053	229 673
Subtotal - PRA	9	4 468 905	3 078 619
MAI - SGMAI	1	1 968 000	1 574 400
MAA - DRAP Norte	3	756 942	605 554
MJ - SGMJ	1	1 075 820	860 656
MNE - SGMNE	1	483 390	386 712
MTSSS - IEFP	1	4 351 037	3 480 830
PCM - BNP	1	174 900	139 920
Subtotal - RC	8	8 810 089	7 048 071
Total	17	13 278 994	10 126 690

Relativamente ao Programa de Remoção de Amianto, importa referir que este número inclui 4 candidaturas transitadas de anos anteriores cuja apreciação se encontra pendente da junção de esclarecimentos dos serviços beneficiários essenciais à conclusão da apreciação da candidatura e/ou da obtenção de autorização de encargos plurianuais.

Quanto às candidaturas para reabilitação e conservação, destaca-se a candidatura apresentada em dezembro de 2022 pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, com início previsto para dezembro de 2023, cuja aprovação implica a obtenção de autorização prévia para assunção de encargos plurianuais, nos anos de 2023 a 2025.

Refere-se ainda que a apreciação das 3 candidaturas apresentadas pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, calendarizadas para 2023, está pendente do cumprimento das obrigações de pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade.

As restantes candidaturas pendentes de aprovação encontram-se a aguardar a junção de elementos essenciais à sua apreciação ou aprovação.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

3.3 Contratos de Financiamento

Em 2022 foram celebrados 3 contratos de financiamento no valor de 1.040.165,32€, o que representa um decréscimo da atividade face ao ano de 2021 (celebrados 9 contratos de financiamento no valor de 3.777.286,46 €).

A estes acrescem os 9 contratos transitados do ano anterior, relativos a contratos celebrados ainda sem execução ou parcialmente executados.

O quadro seguinte apresenta o valor do financiamento aprovado por candidatura, e a respetiva execução:

Quadro 7 – Contratos de Financiamento

Ministério - Entidade	N.º de Candidatura	N.º Contrato	Financiamento FRCP	Pagamentos anos anteriores	Pagamentos 2022	Trabalhos não realizados	Por executar
MDN - Força Aérea	2022/18	03/2022	40 178	-	-	-	40 178
MEdU/MCTES - U E	11/2018	02/2022	738 826	-	707 768	-	31 058
MS - HOFF.E.P.E	07/2021	01/2022	261 161	-	-	-	261 161
Contratos celebrados em 2022		3	1 040 165	-	707 768	-	332 397
MAI - PSP	05/2015	01/2017	216 557	82 903	-	-	133 654
MAA - DRAPLVT	03/2019	02/2021	168 468	-	-	-	168 468
MCTES - IPléiria	16/2020	09/2021	1 637 034	58 475	-	-	1 578 559
MEdU/MCTES - SGECC	09/2009	7/2014	764 329	-	-	-	764 329
MS - CHO	18/2013	04/2021	65 805	-	46 635	19 170	-
MTSSS- SGMSSS	07/2017	01/2021	718 410	-	-	-	718 410
PCM - ANBA	06/2011	03/2020	360 243	327 868	-	-	32 376
PCM - DGLAB	05/2010	02/2019	545 485	-	-	-	545 485
PCM - DGPC	04/2014	23/2015	348 000	210 717	-	-	137 283
Contratos anos anteriores		9	4 824 331	679 963	46 635	19 170	4 078 562
Total		12	5 864 496	679 963	754 404	19 170	4 410 959

A execução financeira em 2022, refere-se a 2 contratos de financiamento, correspondendo a pagamentos no valor de cerca de 0,7 milhões de euros, o que representa um decréscimo na atividade face aos anos anteriores (em 2020 e 2021, a execução financeira foi de 1,8 milhão de euros e 1,9 milhões de euros, respetivamente).

A falta de execução decorre, fundamentalmente, do desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública, com atrasos nos prazos inicialmente previstos, por os concursos terem ficado desertos, obrigando a reavaliação das estimativas que serviram de base aos concursos e a retoma dos mesmos. Esta situação obrigou à reprogramação dos investimentos e obtenção de autorizações para o efeito, implicando por vezes, necessidade de autorização prévia de encargos plurianuais através de portarias de extensão de encargos para reescalamento:

- A execução do contrato de financiamento celebrado em 2021, com o Instituto Politécnico de Leiria, não ocorreu nos termos do previsto na Portaria n.º 851-A/2021, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro de 2021, por motivos relacionados com o procedimento de contratação pública, em virtude da conjuntura atual, e do aumento generalizado dos preços, e conseqüente necessidade da revisão da estimativa e obtenção de autorização para reescalamento dos encargos plurianuais relativos à empreitada e respetiva comparticipação.

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

- Quanto à candidatura da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, face à impossibilidade de executar o projeto na forma inicialmente prevista, motivadas pela alteração no custo estimado da intervenção, a candidatura aguarda o envio dos novos elementos necessários à instrução da reapreciação e sequente aditamento ao contrato de financiamento n.º 01/2021;
- A execução de contrato de financiamento celebrado com a PSP, com execução prevista até final de 2017, não foi possível concretizar nos termos inicialmente previstos, face à data da sua consignação, e ao prazo de execução o que implicou a necessidade de obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos. Durante 2022 não foram apresentados pedidos de comparticipação;
- A SGEN reiterou o interesse na execução da candidatura aprovada, no entanto ainda está a providenciar o reajustamento dos trabalhos a realizar e a abertura de um procedimento para desenvolvimento do projeto de execução;
- No caso do contrato celebrado com a DGLAB, com encargos previstos para 2019 e 2020, o procedimento de contratação pública para a realização da empreitada ficou deserto, o que implicou alterações na calendarização e inerente reescalonamento do encargo plurianual autorizado a conferir por Portaria;
- A execução do contrato de financiamento celebrado com a DGPC, ficou pendente da regularização, através de portaria de extensão de encargos na qual se refletirá o escalonamento da despesa associada à empreitada e ao respetivo financiamento pelo FRCP e sequente formalização do pedido de comparticipação;

No que respeita à contratualização, registou-se um ligeiro acréscimo no número de candidaturas sem contrato (18) e no financiamento a conceder no valor de 14,8 milhões de euros, face ao registado no ano anterior (cerca de 11,9 milhões de euros para 17 candidaturas).

Quadro 8 – Candidaturas aprovadas sem contrato

Ministério -Entidade	Nº de Candidaturas	Estimativa Orçamental	Financiamento
MDN -Exército	2	348 421	229 958
MEdu -PARQUE ESCOLAR, E.P.E.	1	22 253	15 132
MS - CHO	1	495 381	475 565
PRA	4	866 054	720 655
MAI - GNR	1	206 022	164 818
MAI - PSP	1	319 800	255 840
MAA- DRAPLVT	1	182 353	136 765
MF- AT	1	540 600	432 480
MF - SGMF	1	841 494	673 195
MS - CHO	1	105 706	79 280
MS - CHPL	1	4 791 166	3 832 933
MTSSS - CPL, I.P.	1	706 678	565 343
PCM - BNP	1	583 000	466 400
PCM - CCDR Algarve	1	332 156	265 724
PCM - DGLAB	1	1 320 267	1 056 214
PCM - DGPC	1	818 497	654 798
PCM - SGPCM	2	6 910 745	5 528 596
RC	14	17 658 485	14 112 385
Total	18	18 524 539	14 833 040



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Constata-se que, das 18 candidaturas aprovadas sem contrato, 4 referem-se ao programa de remoção de amianto e aguardam o envio de elementos necessários à sua celebração ou à validação das respetivas minutas.

No que se refere à reabilitação e conservação, a não contratualização de candidaturas já aprovadas deve-se maioritariamente a alterações à calendarização, por carecerem de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais e/ou por condicionantes no desenvolvimento dos procedimentos de contratação pública por parte das entidades beneficiárias, ou ainda pelo facto da sua execução estar prevista para 2023, destacando-se as seguintes situações:

- Quanto à candidatura do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa, com encargos plurianuais autorizados, para o período de 2022 a 2023, autorizados pela Portaria n.º 604/2021, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 221, de 15 de novembro de 2021, em 2022 foi lançado um procedimento de concurso público⁵ e, findo o prazo para apresentação de propostas, verificou-se que as propostas apresentadas estavam acima do preço-base. Face à revisão do orçamento e sequente pedido de reapreciação, de que resultou a aprovação da alteração do financiamento para 3.832.933 €, correspondente a 80% da despesa elegível (4.791.166 €), sendo necessária a obtenção de autorização para reescalonamento dos encargos plurianuais.
- A candidatura da Casa Pia de Lisboa, inicialmente prevista para 2021 e 2022, não obteve as necessárias autorizações nesse período. Em 2022 foi objeto de reapreciação, prevendo-se a sua execução em 2023.
- Quanto à Secretaria-Geral da PCM, a candidatura para a reabilitação das coberturas do Palácio Foz foi objeto de reprogramação da despesa para 2023 e 2024, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2022, de 28 de dezembro de 2022, o que implicou a transição para 2023.
- A contratualização da candidatura da Autoridade Tributária ficou pendente do cumprimento das obrigações de pagamento das contrapartidas decorrentes da aplicação do princípio da onerosidade.

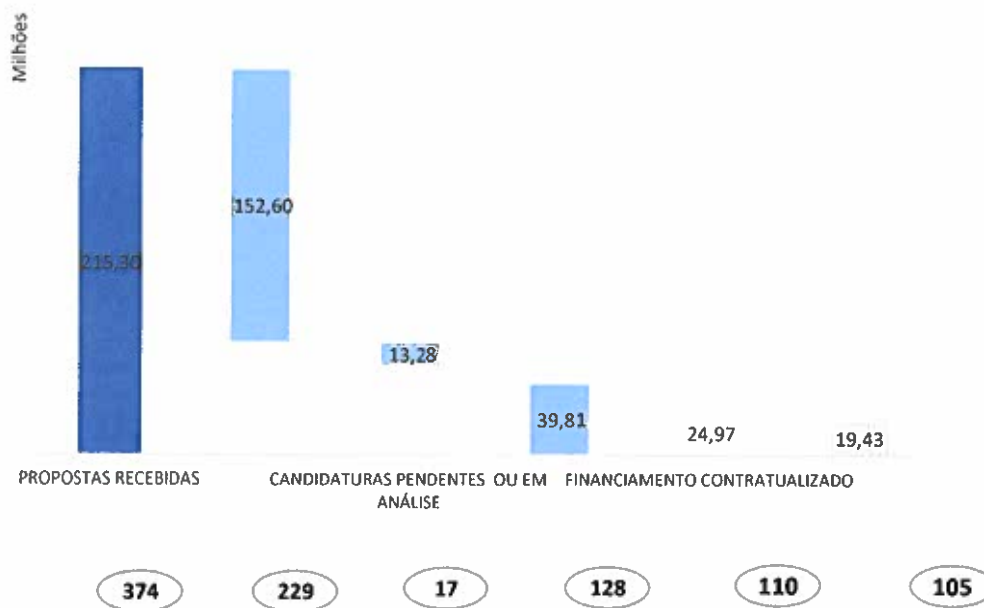
⁵ Concurso Público com o anúncio de procedimento n.º 3944/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 62, de 29 de março

3.4. Situação das candidaturas 2009-2022

Como referido nos pontos anteriores, da apreciação das candidaturas resultou um acréscimo de 39 candidaturas no grupo das candidaturas não admitidas ou arquivadas, das quais 6 tinham sido objeto de aprovação em anos anteriores, e a aprovação de 10 candidaturas. No final do ano, permaneciam 17 candidaturas pendentes.

Apresenta-se de seguida, no gráfico 3 e, de forma sucinta e esquemática, um resumo de todas as candidaturas reportadas ao final de 2022.

Gráfico 3 – Decomposição das candidaturas apresentadas até 31 de dezembro de 2022



[Assinatura]

[Assinatura]



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

4. Sistema de Gestão do Fundo

O desenvolvimento do sistema de controlo interno, no âmbito do qual se identificam duas componentes fundamentais, implementação e divulgação do manual de procedimentos e implementação de um sistema de informação de suporte à atividade, continuam a merecer a necessária atenção.

Em 2022 foi apresentada uma proposta de Guia para Instrução e Gestão das Candidaturas ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial – Reabilitação e Conservação, com o objetivo de estabelecer orientações para o cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis às candidaturas e definir a tramitação dos processos relativos às candidaturas, entre o FRCP, as Entidades Públicas, as Unidades de Gestão Patrimonial (UGP) e os diversos intervenientes.

Quanto à implementação de um sistema de informação de suporte à atividade do Fundo, mantém-se o propósito integrar os processos relativos ao Fundo num sistema de suporte à atividade assente em modelos processuais com recursos a tecnologias digitais, o qual está contemplado num projeto da DGTF para a formatação de uma plataforma digital para gestão do património imobiliário público. O referido projeto foi considerado na proposta do Plano de Recuperação e Resiliência, 2021-2026, no âmbito dos apoios do Next Generation EU, Componente 17-Administração Pública Digital (Reformas / Investimentos - Finanças), encontrando-se em fase de autorização o respetivo lançamento do procedimento concursal.

No que se refere à solução de suporte à gestão orçamental, financeira e patrimonial, manteve-se a modalidade de utilização da solução GERFIP, de Partilha de Serviços, disponibilizada pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.).

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5. Análise Orçamental, Económica e Financeira

A prestação de contas foi elaborada tendo por base os princípios e regras inerentes ao Orçamento de Estado, os princípios contabilísticos definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro e de acordo com a Instrução n.º 1/2019 -PG, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março.

As demonstrações orçamentais, de acordo com a NCP 26 - Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP, traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental do Fundo, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e os pagamentos e recebimentos.

Os mapas financeiros foram elaborados em Euros, exceto onde mencionado o contrário.

5.1. Análise Orçamental

O relato orçamental proporciona informação sobre se os recursos que foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente aprovado, nomeadamente através de: controlo da execução orçamental da despesa, controlo da execução orçamental da receita e demonstração de desempenho orçamental, evidenciando importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

5.1.1. Receita

5.1.1.1. Demonstração de execução orçamental da receita

A receita cobrada líquida em 2022 foi de 71.961.274 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 95,9%, face ao orçamento corrigido.

O quadro infra apresenta uma síntese da demonstração orçamental da receita:

Quadro 9 – Execução da Receita

Designação	Previsões Corrigidas	Receita Líquida	Taxa de Execução	Peso Estrutural
Receitas Correntes				
05.03. - Rendimentos Propriedade - Juros	13 885	13 884	99,99%	0,02%
06.03. - Transferências correntes -Administração Pública	14 998 668	11 967 969	79,79%	16,63%
Receita Correntes	15 012 553	11 981 853	79,81%	16,65%
Receitas de Capital				
10.03.- Transferências Capital - Administração Pública	29 064	-	0,00%	0,00%
11.02.-Títulos curto prazo-Admi Púb.-Adm.Central Estado	55 533 091	55 533 090	100,00%	77,17%
Receitas de capital	55 562 155	55 533 090	99,95%	77,17%
Outras Receitas				
16.01. - Saldo da gerência anterior-Saldo orçamental	4 446 331	4 446 331	100,00%	6,18%
Outras Receitas	4 446 331	4 446 331	100,00%	6,18%
Receitas Totais	75 021 039	71 961 274	95,92%	100%

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Analisando os valores do quadro seguinte, constata-se que a receita efetiva de 2022 (deduzido o valor do saldo de gerência) foi de 11.981.853,20 €.

O quadro seguinte decompõe a receita de acordo com a sua proveniência:

Quadro 10 – Proveniência da receita efetiva

Classificação Económica	Designação	Valor (€)	Peso Estrutural
05.03 - Rendimentos da Propriedade-Juros	Juros CEDIC - Certificados Especiais de Dívida de Cur	13 884,14	0,12%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Princípio de Onerosidade	11 841 840,65	98,83%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas - Terrenos - Cedências	600,00	0,01%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas - Habitação	3 194,39	0,03%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas - Edifícios	1 421,20	0,01%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Rendas Edifícios - Cedências	114 765,12	0,96%
06.03 - Transferências correntes - A.P.	Juros - Pagamento Diferido Alienação de imóveis	6 147,70	0,05%
Total da Receita		11 981 853	100%

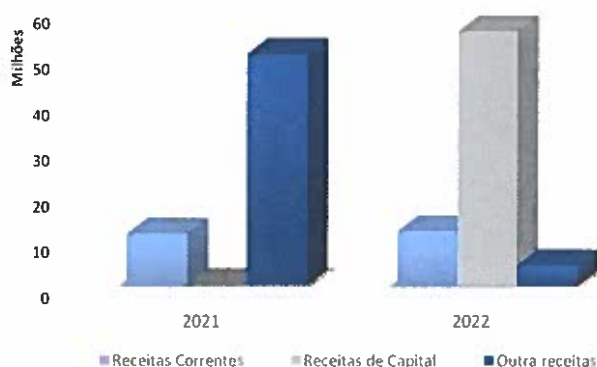
5.1.1.2. Evolução da Receita

O quadro 11 e gráfico 4, evidenciam a evolução da receita.

Quadro 11 – Evolução da Receita (2021-2022)

Designação	Receita Cobrada 2021		Receita Cobrada 2022		Variação 2021-2022 Valor
	Valor	%	Valor	%	
Recetas Correntes					
05.03 - Rendimentos Propriedade-Juros	12 552	s.s.	13 884	s.s.	1 332
06.03 - Transf. Correntes - Administração Central	11 321 949	18,3%	11 967 969	16,6%	646 020
Total das Recetas Correntes	11 334 501	18,3%	11 981 853	16,7%	647 352
Recetas de Capital					
10.03 - Transferências de capital - Administração Pública	27 716	s.s.		s.s.	-27 716
11.02 - Títulos curto prazo - Adm. Púb. - Adm. Central Estado			55 533 090	77,2%	
Total de Recetas de Capital	27 716	s.s.	55 533 090	77,2%	55 505 374
Outras Recetas					
16.01 - Saldo da gerência anterior - Saldo orçamental	50 533 090	81,6%	4 446 331	6,2%	-46 086 760
Total Outras Recetas	50 533 090	81,6%	4 446 331	6,2%	-46 086 760
Recetas Totais	61 895 308	100,0%	71 961 274	100,0%	10 065 966

Gráfico 4 – Evolução da receita por agrupamentos (2021 e 2022)



Em termos gerais, a receita total registou um acréscimo de 10.065.966 €, o que representa uma variação 16,3% face ao ano anterior. Para esta variação contribuiu essencialmente a receita de capital, contabilizado no item financeira R.11.02.03.01.78, no montante de 55.533.090 €, resultante das aplicações financeiras em CEDIC de 2021, vencidas em janeiro de 2022, e não renovadas, conforme decorre do Despacho n.º 12447-A/2021, 21 de dezembro de 2021.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.2. Despesa

5.1.2.1 Demonstração Orçamental da Despesa

O quadro infra explicita todas as fases da execução orçamental da despesa, organizada pelas diversas classificações económicas:

Quadro 12 – Execução da Despesa

Natureza da Despesas	Dotações Corrigidas	Cativos	Compromissos assumidos	Despesas Paga		Compromissos por pagar	Taxa de Execução
				Valor	Peso		
Despesas Correntes							
02.02.25.- Aquisição Bens - Outros Serviços	143 000	143 000	-	-	s.s.	-	0,00%
06.02.01.- Outras Despesas - Taxas e Impostos	3 472	-	3 471	3 471	s.s.	-	99,97%
06.02.03.- Outras Despesas Correntes - Outras	314	314	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	146 786	143 314	3 471	3 471	s.s.	-	2,36%
Despesas de Capital							
08.03.01.- Transferências de capital - AC - Estado	1 369 519	-	40 178	-	s.s.	40 178	0,00%
08.03.06.- Transferências de capital - SFA	2 301 332	-	1 046 623	754 404	1,0%	292 219	32,78%
09.02.05.- Ativos Financeiros - APC - Estado	71 203 401	-	71 203 399	71 203 399	98,9%	-	100,00%
Despesas de Capital	74 874 252	-	72 290 200	71 957 803	100,0%	332 397	96,10%
Total Despesa	75 021 038	143 314	72 293 671	71 961 274	100,0%	332 397	95,92%

A despesa paga no valor de 71.961.274 €, correspondeu a uma taxa de execução de 95,9% da dotação corrigida.

Na despesa paga evidenciam-se os seguintes agrupamentos económicos:

- Ativos Financeiros, com uma execução de 71.203.399 €, decorrente da aplicação do saldo de gerência anterior⁶, no montante de 59.979.421 €, e ainda de disponibilidades de tesouraria (11.223.978 €) em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), ao abrigo do Despacho n.º 14343/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 240 de 15 de dezembro de 2022.
- Transferências de capital no montante de 754.404 € com uma taxa de execução de 32,8% face à dotação. Estas transferências têm como finalidade o financiamento de intervenções de reabilitação e conservação em imóveis do Estado e de operações de remoção de amianto em imóveis do Estado e de Institutos Públicos.
- Transferência correntes, no montante de 3.471,05, foi proveniente do IRC referente às diversas aplicações financeiras em CEDIC.

Assinala-se ainda, os compromissos por pagar, no montante de 332.397 €, referente às transferências, no âmbito dos contratos de financiamento celebrados, relativas às candidaturas n.º 01/2022 – PRA – Hospital Distrital da Figueira da Foz, n.º 02/2022 – Edifício do Colégio do Espírito Santo e n.º 03/2022 – CFMTFA- AH-05-Gabinetes traseiros do Hangar 5.

De referir que a fraca execução resulta de constrangimentos das entidades beneficiárias nos procedimentos de contratação pública, decorrentes da subida do custo estimado da intervenção e necessidade de recalendarizar intervenções, e consequente necessidade de obtenção de autorizações prévias para assunção de encargos plurianuais, que se refletiram na atividade do Fundo.

⁶ Com origem no reembolso das aplicações em CEDIC, ao abrigo do despacho n.º 12447-A/2021, no montante de 55.533.090 €, a que acresce o saldo no valor de 4.446.331 €.

5.1.2.2. Evolução da Despesa

O quadro 13 e o gráfico 5 evidenciam a evolução da despesa no último biénio:

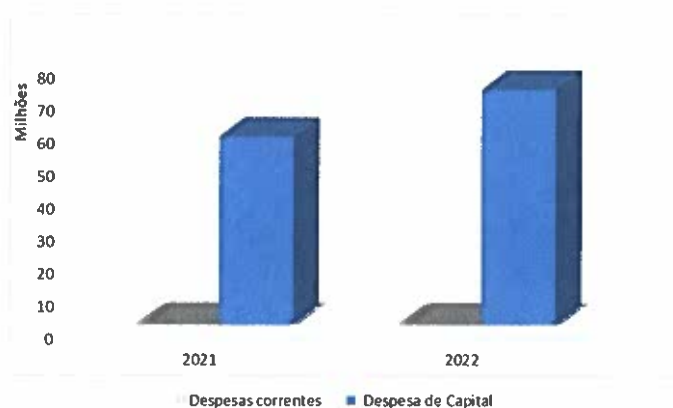
Quadro 13 – Evolução da despesa

Designação	Despesas Pagas 2021		Despesas Pagas 2022		Variação 2021-2022 Valor
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Despesas Correntes					
02.- Aquisição Bens - Outros Serviços	1 716	s.s.	-	-	1 716
06. Outras Despesas Correntes	3 138	s.s.	3 471	s.s.	333
Despesas correntes	4 854	s.s.	3 471	0,0%	1 383
Despesas de Capital					
08. Transferências de capital	1 911 033	3,3%	754 404	1,0%	-1 156 629
09. Ativos Financeiros	55 533 090	96,7%	71 203 399	98,9%	15 670 309
Despesa de Capital	57 444 123	100,0%	71 957 803	100,0%	14 513 680
Despesas Totais	57 448 977	100,0%	71 961 274	100%	14 515 063

Globalmente a despesa paga em 2022 registou um acréscimo de 14.515.063 €, face ao valor ocorrido em 2021, associado à subscrição de aplicações em CEDIC, registadas em ativos financeiros

Analisando as transferências de capital, registou-se uma diminuição de 1.156.629 €, decorrente do financiamento, a fundo perdido, das intervenções em imóveis da propriedade do Estado e do Programa de Remoção de Amianto.

Gráfico 5 – Evolução da despesa (2021 a 2022)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.1.3. Demonstração do desempenho orçamental

A demonstração de desempenho orçamental evidencia as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria.

Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário). Apresenta ainda, informação organizada pela forma de financiamento, e por classificação económica da execução orçamental.

Recebimentos	2022	2021	Pagamento	2022	2021
Saldo de Gerência anterior	4 446 330,56	50 533 090,27			
Operações orçamentais [1]	4 446 330,56	50 533 090,27			
Receta Corrente	11 981 853,20	11 334 501,28	Despesa Corrente	3 471,05	4 854,47
Rendimentos de propriedade	13 884,14	12 552,25	Aquisição de bens e serviços		1 716,40
Transferências e subsídios correntes	11 967 969,06	11 321 949,03	Transferências e subsídios correntes		
Transferências correntes	11 967 969,06	11 321 949,03	Transferências correntes		
Administrações Públicas	11 967 969,06	11 321 949,03	Administrações Públicas		
Administração Central - Estado Português	11 967 969,06	11 321 949,03	Administração Central - Estado Português		
			Outras despesas correntes	3 471,05	3 138,07
Receta de Capital		27 716,46	Despesa de Capital	754 403,87	1 911 032,71
Transferências e subsídios de capital		27 716,46	Transferências e subsídios de capital	754 403,87	1 911 032,71
Transferências de capital		27 716,46	Transferências de capital	754 403,87	1 911 032,71
Administrações Públicas		27 716,46	Administrações Públicas	754 403,87	1 911 032,71
Administração Central - Estado Português		27 716,46	Administração Central - Estado Português		1 659 219,22
			Administração Central - Outras entidades	754 403,87	251 813,49
Receta Efetiva [2]	11 981 853,20	11 362 217,74	Despesa Efetiva [5]	757 874,92	1 915 887,18
Receta não Efetiva [3]	55 533 090,27		Despesa não efetiva [6]	71 203 399,11	55 533 090,27
Receta com ativos financeiros	55 533 090,27		Despesas com ativos financeiros	71 203 399,11	55 533 090,27
Receta com passivos financeiros			Despesas com passivos financeiros		
Soma [4] = [1] + [2] + [3]	71 961 274,03	61 895 308,01	Soma [7] = [5] + [6]	71 961 274,03	57 448 977,45
Operações Tesouraria [8]			Operações Tesouraria [C]		
			Saldo para a Gerência Seguinte		4 446 330,56
			Operações Orçamentais [8] = [4] - [7]		4 446 330,56
			Saldo Global [2] - [5]	11 223 978,28	9 446 330,56
			Despesa Primária	757 874,92	1 915 887,18
			Saldo Corrente	11 978 382,15	11 329 646,81
			Saldo Capital	-754 403,87	-1 883 316,25
			Saldo Primário	11 223 978,28	9 446 330,56
			Receta Total [1] + [2] + [3]	71 961 274,03	61 895 308,01
			Despesa Total [5] + [6]	71 961 274,03	57 448 977,45

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras dão a conhecer a situação financeira, com base, em informações sobre os ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos.

5.2.1 Balanço

RUBRICAS	2022	2021	Variação	
ATIVO				
Ativo Corrente				
Outras contas a receber	21 031,66	7 641,71	13 389,95	175,2%
Outros ativos financeiros	137 769 818,21	122 099 509,37	15 670 308,84	12,8%
Depósitos à Ordem	-	4 446 330,56	-4 446 330,56	-100,0%
Total do Ativo	137 790 849,87	126 553 481,64	11 237 368,23	8,9%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital				
Resultados transitados	126 551 571,20	117 104 492,20	9 447 079,00	8,1%
Resultado líquido do período	11 234 272,84	9 447 079,00	1 787 193,84	18,9%
Total Património Líquido	137 785 844,04	126 551 571,20	11 234 272,84	8,9%
Passivo Corrente				
Outras contas a pagar	5 005,83	1 910,44	3 095,39	162,0%
Total Passivo	5 005,83	1 910,44	3 095,39	162,0%
Património Líquido e Passivo	137 790 849,87	126 553 481,64	11 237 368,23	8,9%

O Ativo registou um acréscimo de 8,9% face ao ano anterior, que foi determinado essencialmente pelo aumento da conta Outros Ativos Financeiros, decorrente da aplicação do total do saldo da conta de Depósito à ordem em CEDIC.

No que se refere ao Património Líquido registou-se um acréscimo de 11.234.272,84 €, proveniente dos resultados transitados e do Resultado Líquido do período.

Refere-se ainda, que no Passivo, a rubrica de classificação económica outras contas a pagar se registou o montante de 5.005,83 €, verificando-se um aumento de 3.095,39 € relativamente ao ano transato. Esta variação deveu-se ao aumento de aplicações financeiras e da respetiva taxa de juro, que conseqüente fez aumentar o rendimento de capitais e, por sua vez, o IRC. Este aumento foi atenuado pela descida da taxa do IRC de 23% para 21%, com efeito nas aplicações a vencer a partir de março de 2023.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.2 Demonstração de Resultados por Natureza

A análise do desempenho do Fundo numa ótica de gastos e rendimentos é proporcionada pela Demonstração de Resultados, por natureza, evidenciando a avaliação do resultado do exercício do período e o modo como foi gerado.

Rendimentos e Gastos	2022	2021	Varição
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 967 969,06	11 349 665,49	618 303,57
Fornecimentos e serviços externos		-1 716,40	1 716,40
Transferências e subsídios concedidos	-754 403,87	-1 911 032,71	1 156 628,84
Outros gastos	-6 566,44	-3 387,56	-3 178,88
Resultados antes depreciações e gastos de financiamento	11 206 998,75	9 433 528,82	1 773 469,93
Resultados operacionais (antes de gastos financiamento)	11 206 998,75	9 433 528,82	1 773 469,93
Juros e rendimentos similares obtidos	27 274,09	13 550,18	13 723,91
Resultados antes de impostos	11 234 272,84	9 447 079,00	1 787 193,84
Impostos sobre o Rendimento			
Resultado Líquido do período	11 234 272,84	9 447 079,00	1 787 193,84

Relativamente às transferências e subsídios correntes obtidas no valor de 11.967.969,06 €, verifica-se um acréscimo 618.303,57 € face ao ano anterior, essencialmente devida ao aumento da receita proveniente das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade.

Quanto às transferências e subsídios concedidos no valor de 754.403,87 € registaram uma diminuição de 1.156.628,84 €, que resultou no decréscimo das transferências efetuadas para os beneficiários do Fundo, decorrentes do financiamento das obras de reabilitação e conservação dos imóveis da propriedade do Estado e do Programa de Remoção de Amianto.

Relativamente aos outros gastos e perdas verifica-se um aumento de 3.178,88 €, em resultado do acréscimo dos gastos com IRC referente às aplicações financeiras em CEDIC.

Quanto aos juros e rendimentos similares obtidos verifica-se uma variação de 13.723,91 €, proveniente dos rendimentos das aplicações financeiras em CEDIC.

Por último, verificou-se um aumento do resultado Líquido, no montante de 1.787.193,84 €, face a 2021.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.3. Demonstração de alterações no património líquido

Através da análise do presente mapa verifica-se que o resultado transitado foi de 117.104.492,20 € e o resultado líquido do exercício foi de 9.447.079,00€, resultando um total do património líquido de 126.551.571,20 €.

Descrição	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla			Total do património líquido
	Resultados transitados	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	117 104 492,20	9 447 079,00	126 551 571,20	126 551 571,20
ALTERAÇÃO NO PERÍODO (2)	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	-	11 234 272,84	11 234 272,84	11 234 272,84
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)	-	-	11 234 272,84	11 234 272,84
OPERAÇÃO COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)	9 447 079,00	- 9 447 079,00	-	-
Outras operações	9 447 079,00	- 9 447 079,00	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6) = (1)+(2)+(3)+(5)	126 551 571,20	11 234 272,84	137 785 844,04	137 785 844,04

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

5.2.4. Demonstrações de fluxos de caixa

O mapa seguinte relata os fluxos de caixa ocorridos durante o período e a conciliação com a informação do saldo de gerência (do período anterior e para o período seguinte), refletindo os valores de caixa (depósitos à ordem) e equivalentes de caixa (investimentos a curto prazo de elevada liquidez, facilmente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no valor).

Rubricas	2022	2021
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos transferências e subsídios correntes	11 967 969,06	11 321 949,03
Pagamentos a fornecedores	-	-1 716,40
Caixa gerada pelas Operações	11 967 969,06	11 320 232,63
Outros recebimentos/pagamentos	-3 471,05	-3 138,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	11 964 498,01	11 317 094,56
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamento respeitantes a:		
Outros ativos	-754 403,87	-1 911 032,71
Recebimentos proveniente de:		
Subsídios ao investimento	-	27 716,46
Transferências de capital	-	-
Juros e rendimentos similares	13 884,14	12 552,25
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-740 519,73	-1 870 764,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b)	11 223 978,28	9 446 330,56
Caixa e seus equivalentes no início do período	126 545 839,93	117 099 509,37
Caixa e seus equivalentes no fim do período	137 769 818,21	126 545 839,93
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	126 545 839,93	117 099 509,37
-Equivalentes a caixa no início do período	-122 099 509,37	-66 566 419,10
= Saldo da gerência anterior (SGA)	4 446 330,56	50 533 090,27
SGA De execução orçamental	4 446 330,56	50 533 090,27
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	137 769 818,21	126 545 839,93
-Equivalentes a caixa no fim do período	-137 769 818,21	-122 099 509,37
= Saldo da gerência seguinte (SGS)	-	4 446 330,56
SGS De execução orçamental	-	4 446 330,56
SGS De execução de tesouraria	-	-

Os fluxos de caixas das atividades operacionais referem-se:

- Aos recebimentos de transferências e subsídios correntes, os quais decorrem das contrapartidas recebidas em virtude da aplicação do princípio da onerosidade e das rendas e cedências dos imóveis da propriedade do Estado, bem como, dos juros referentes ao produto da alienação de imóveis do Estado;
- A Outros pagamentos consequentes do IRC referente aos rendimentos das diversas aplicações financeiras em CEDIC.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Os fluxos de caixa das atividades de investimento referem-se:

- Aos pagamentos (outros ativos) correspondentes a transferências de capital (financiamentos concedidos) para os diversos beneficiários do Fundo;
- A juros e rendimentos similares decorrentes de aplicações financeiras em CEDIC.

Da atividade resultou uma variação positiva de caixa e seus equivalentes no valor de 11.223.978,28€, o saldo para a gerência seguinte é zero, uma vez que as disponibilidades do FRCP se encontram aplicadas em CEDIC, perfazendo no final de 2022 o valor total de 137.769.818,21 €.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

6. Síntese conclusiva

Tendo em conta o referido, a atividade desenvolvida pelo Fundo em 2022, foi marcado por um abrandamento da atividade quando comparado com o ano anterior, salientando-se os seguintes resultados:

- Foram aprovadas 10 candidaturas envolvendo um montante aproximado de 5,7 milhões de euros (em 2021 foram aprovadas 15 envolvendo 7,2) contudo foram reapreciadas 8 de candidaturas, aprovadas em anos anteriores correspondentes a um financiamento de 10,8 milhões.
- Foram celebrados 3 novos contratos de financiamento de cerca de 1 milhão de euros (valor inferior ao de 2020, 9 contrato de 3,7 milhões de euros). Em termos de execução financeira, registou-se um decréscimo no volume de pagamentos aos serviços beneficiários que passou de 1,9 milhões de euros em 2021 para 0,7 milhões de euros.
- O número de candidaturas pendentes de decisão registou um decréscimo, no final de 2022 encontravam-se 17 candidaturas em apreciação (37 em 2021.)

Importa referir, que o desenvolvimento da atividade do Fundo foi condicionado por constrangimentos, relacionados com atrasos registados nos procedimentos prévios à contratação pública (projetos de execução e aprovação de portarias de extensão de encargos), e dificuldades nos procedimentos de contratação pública (provocadas pela subida do preço no setor da construção e à necessidade de lançar procedimentos com preços base superiores). Este facto conduziu a um lapso temporal significativo entre a aprovação e a contratualização das candidaturas, encontrando-se no final de 2022, 18 candidaturas por contratualizar, a que corresponde um montante a financiar de cerca de 14,8 milhões de euros.

Em termos de desempenho orçamental, a receita efetiva no valor de 11,9 milhões de euros foi superior à despesa que se cifrou em 0,7 milhão, gerando um saldo de 11,2 milhões de euros.

De referir ainda a despesa com ativos financeiros no valor de 71,9 milhões de euros, decorrente da aplicação do saldo da gerência anterior (55,5 milhões de euros) e do saldo de 2022.

A situação económico-financeira mantém-se positiva, verificando-se assim, que para cumprir os objetivos do Fundo, os proveitos gerados foram suficientes para fazer face à despesa, gerando ainda, um resultado líquido de 11,2 milhões de euros. O balanço evidencia uma variação positiva de 11,2 milhões de euros, destacando-se os Ativos financeiros correntes que compreendem as aplicações financeiras em CEDIC no montante de 137,7 milhões de euros.

Em 2023, o Fundo tenciona continuar a dar prioridade ao aumento da execução financeira, e dessa forma mobilizar esforços significativos para prosseguir com o financiamento das operações necessárias à reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado em utilização por parte dos serviços e organismos públicos, e ainda financiar as operações de remoção do amianto em imóveis do domínio público e privado do Estado e em imóveis propriedade dos institutos públicos e das empresas públicas do Setor Empresarial do Estado.



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Pretende-se ainda, prosseguir com a divulgação do Fundo junto dos serviços e organismos públicos que utilizem ou ocupem imóveis da titularidade do Estado, por forma a estes tenham melhor conhecimento da realidade do objeto e finalidade do Fundo.

Ao nível dos procedimentos de apreciação e aprovação das candidaturas, no que respeita ao processo de operacionalização de apresentação de candidaturas online, mantém-se o propósito de concretizar este objetivo, que está dependente da implementação pela DGTF da plataforma de gestão de património imobiliário público, cujo desenvolvimento se encontra em fase de autorização do procedimento para o lançamento do concurso público internacional, o qual enquadra várias vertentes no contexto das respetivas competências em matéria patrimonial, bem como a inclusão de um módulo específico para o FRCP.

A COMISSÃO DIRETIVA

Maria João Araújo
(Presidente)

Miguel Marques dos Santos
(Vogal)

Liliana Fonseca Lourenço
(Vogal)



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexos

Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração das Alterações do Património líquido
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Demonstrações Orçamentais

- Demonstração de Desempenho Orçamental
- Demonstração de Execução Orçamentas da Receita
- Demonstração de Execução Orçamentas da Despesa
- Demonstração de Alterações Orçamentais da Receita
- Demonstração de Alterações Orçamentais da Despesa

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Balança

Rubricas	Notas	2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Ativos biológicos		-	-
Participações financeiras		-	-
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		-	-
Cientes, contribuintes e utentes		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Diferimentos		-	-
Outros ativos financeiros		-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a receber		-	-
Ativo corrente			
Inventários		-	-
Ativos biológicos		-	-
Devedores por transfer. e sub. não reembols.		-	-
Devedores por emprést. bonif. e sub.reembols.		-	-
Cientes, contribuintes e utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Outras contas a receber		21 031,66	7 641,71
Diferimentos		-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros ativos financeiros	18	137 769 818,21	122 099 509,37
Ativos não correntes detidos para venda		-	-
Caixa e depósitos		-	4 446 330,56
Total do Ativo		137 790 849,87	126 553 481,64
		137 790 849,87	126 553 481,64
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		-	-
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		126 551 571,20	117 104 492,20
Ajustamentos em ativos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações no património líquido		-	-
Resultado líquido do período		11 234 272,84	9 447 079,00
		137 785 844,04	126 551 571,20
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos Obtidos		-	-
Fornecedores de investimentos		-	-
Fornecedores		-	-
Responsabilidades por benefícios pós-mprego		-	-
Diferimentos		-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Passivos Correntes			
Credores transfer. e sub. não reembolsáveis		-	-
Fornecedores		-	-
Adiant. de clientes, contribuintes utentes		-	-
Estado e outros entes públicos		-	-
Acionistas/sócios/associados		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Fornecedores de investimentos		-	-
Outras contas a pagar		5 005,83	1 910,44
Diferimentos		-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
Passivo corrente		5 005,83	1 910,44
Total Passivo		5 005,83	1 910,44
Património Líquido e Passivo		137 790 849,87	126 553 481,64

S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Impostos, contribuições e taxas		-	-
Vendas		-	-
Prestações de serviços e concessões		-	-
Transferências e subsídios correntes obtidos	14, 23.1	11 967 969,06	11 349 665,49
Rend/Gast. imput.ent.cont.,assoc. e emp.conj.		-	-
Variações nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo mat. vend., mat. consum. e inv. transf.		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-1 716,40
Gastos com pessoal		-	-
Transferências e subsídios concedidos	23.3	-754 403,87	-1 911 032,71
Prestações sociais		-	-
Imp.de invent.e ativos biol. (perdas/revers.)		-	-
Imparid. de dívidas a receber(perdas/revers.)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Imp. invest. não dep./amortiz(perdas/revers.)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos		-	-
Outros gastos	23.4	-6 566,44	-3 387,56
Res. antes deprec. e gastos de financiamento		11 206 998,75	9 433 528,82
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-	-
Imparid. invest. dep./amortiz(perdas/revers.)		-	-
Result. operac(antes de gastos financiamento)		11 206 998,75	9 433 528,82
Juros e rendimentos similares obtidos	23.5	27 274,09	13 550,18
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		11 234 272,84	9 447 079,00
Imposto sobre o rendimento		-	-
Resultado líquido do período		11 234 272,84	9 447 079,00

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		-	-
Recebimentos de clientes		-	-
Recebimentos de contribuintes		-	-
Recebimentos transferências e subsídios correntes		11 967 969,06	11 321 949,03
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		-	-1 716,40
Pagamentos a pessoal		-	-
Pagamentos a contribuintes / utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas Operações		11 967 969,06	11 320 232,63
Pagamento / recebimento do Imp. sobre rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		-3 471,05	-3 138,07
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		11 964 498,01	11 317 094,56
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-	-
Pagamentos respeitante a:		-	-
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-754 403,87	-1 911 032,71
Recebimentos proveniente de:		-	-
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	27 716,46
Transferências de capital		-	-
Juros e rendimentos similares		13 884,14	12 552,25
Dividendos		0,00	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-740 519,73	-1 870 764,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	-
Recebimentos proveniente de:		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de cap. e de out. instrumentos de cap.		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamento respeitantes a:		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de cap. e de outros instrumentos de cap.		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		11 223 978,28	9 446 330,56
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		126 545 839,93	117 099 509,37
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		137 769 818,21	126 545 839,93
CONCiliaÇÃO ENTRE CX E SEUS EQUIV E SALDO GERÊNCIA		-	-
Caixa e seus equivalentes de cx. no início do per.		126 545 839,93	117 099 509,37
-Equivalentes a caixa no início do período		-122 099 509,37	-66 566 419,10
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		-	-
-Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
= Saldo da gerência anterior (SGA)		4 446 330,56	50 533 090,27
SGA De execução orçamental		4 446 330,56	50 533 090,27
SGA De operações de tesouraria		-	-
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do per.		137 769 818,21	126 545 839,93
-Equivalentes a caixa no fim do período		-137 769 818,21	-122 099 509,37
+ Parte do SG que não constitui equiv. de caixa		-	-
-Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
= Saldo da gerência seguinte (SGS)		-	4 446 330,56
SGS De execução orçamental		-	4 446 330,56
SGS De operações de tesouraria		-	-

Handwritten signature and initials



S. R.
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

Designação: Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial

Endereço: Rua da Alfândega, n.º 5-1.º, 1149-008 Lisboa

Código da classificação orgânica: 05.1.06.01.00

Tutela: Ministério das Finanças

Regime financeiro: Registado como Serviço e Fundo Autónomo

Legislação:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2008, de 24 de outubro determinou a constituição do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, no âmbito do Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro procedeu à criação do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, com a natureza de património autónomo sem personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira.
- Portaria n.º 293/2009, de 24 de março aprovou o Regulamento de Gestão do Fundo.
- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que confere nova redação aos artigos 2.º e 4.º do Decreto-lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro.
- Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro, alterada pela Portaria n.º 222-A/2016, de 12 de agosto, pela Portaria n.º 397/2019, de 21 de novembro e Portaria n.º 309-D/2020, de 31 de dezembro, aprovou a regulamentação do princípio da onerosidade em relação à ocupação e utilização dos imóveis do Estado pelos serviços e organismos públicos e fixou a afetação ao Fundo de 50% da receita daquela proveniência.

Estrutura organizacional efetiva:

O Fundo é gerido por uma Comissão Diretiva, constituída, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 24/2009, de 21 de janeiro, por três membros, nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, não auferindo qualquer remuneração pelo exercício das suas funções e sendo o presidente, por inerência, o Diretor Geral do Tesouro e Finanças.

O mandato dos membros da comissão diretiva tem a duração de três anos.

Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, o controlo e fiscalização da gestão do Fundo são exercidos pela Inspeção-Geral de Finanças.

O Fundo funciona junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a qual assegura o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao respetivo funcionamento.

A
W AF



1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras do FRCP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, e que integra a estrutura conceptual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública e o plano de contas multidimensional

As demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 dão uma imagem verdadeira e apropriada dos ativos, passivos e resultados do Fundo.

No decorrer do exercício de 2022 não existiram, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

b) Comparabilidade

Os valores constantes das demonstrações financeiras de 2022 extraídas do sistema GERFIP – Gestão de Recursos Financeiros em modo Partilhado são comparáveis com os valores de exercício de 2021.

e) Valores de depósitos à ordem

O Fundo para fazer face ao seu objetivo e finalidade, dispõe de uma conta aberta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP) que apresentavam os seguintes montantes conforme mapa seguinte:

Saldos 31/12/2022	Saldos 31/12/2021
0,00	4 446 330,56

2- PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura Conteúdo das Demonstrações Financeiras e são apresentadas em euros.

A seleção da base de mensuração para ativos e passivos contribui para alcançar os objetivos de relato financeiro, proporcionando informação que permite aos utilizadores avaliarem a capacidade do FRCP de financiar as suas atividades.

2.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do FRCP, bem como, a representação fiel de outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Conceptual e nas NCP.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas que foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Consistências de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, desta forma é proporcionada informação fiável para as entidades.

Materialidade e agregação

A referência da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. As demonstrações apresentadas resultam da agregação em classes e contas principais de acordo com a sua natureza, que constituem itens do balanço, demonstração dos resultados, demonstração das alterações no património líquido e demonstração de fluxos de caixa.

Compensação

Dado a sua importância, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente.

Continuidade

As demonstrações financeiras do FRCP foram preparadas na base da continuidade das operações.

2.3 -JULGAMENTOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram cumpridas as condições no âmbito das transferências recebidos e concedidos.

2.4 -PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o FRCP continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3- ATIVOS INTANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos intangíveis.

4- ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

O FRCP não efetuou nenhum acordo de concessão de serviços.

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O FRCP não detém ativos tangíveis.

6 – LOCAÇÕES

O FRCP não detém ativos em regime de locação.

D

AF



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

7 – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de financiamentos obtidos é nula, uma vez que o FRCP não recorre a empréstimos como forma de financiamento.

8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de propriedades de investimentos é nula, uma vez que O FRCP não detém bens de domínio público, terrenos e recursos naturais, edifícios e outros construções ou quaisquer outras propriedades de investimento.

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se verificam imparidades de ativos.

10 – INVENTÁRIOS

O FRCP não dispõe de inventários.

11 – AGRICULTURA

O FRCP não detém ativos biológicos ou produtos agrícolas.

12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O FRCP não detém contratos de construção.

13 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O FRCP não dispõe de rendimentos de transações com contraprestação.

14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÕES

Os rendimentos das transações sem contrapartidas, nomeadamente, as transferências subsídios correntes obtidos são mensurados pela quantia do aumento ativo reconhecido pela entidade.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os rendimentos de transações sem contraprestações tem a seguinte decomposição:

Rendimentos	31/12/2022	31/12/2021
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 967 969,06	11 349 665,49

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTE

O FRCP não dispõe de provisões, passivos contingentes e ativos contingente.

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

O FRCP não efetua transações em moedas diferentes, pelo que não ocorreram efeitos de alterações em taxas de câmbio.



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Não ocorreram acontecimentos, tanto favoráveis como desfavoráveis, entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras que ocorram são autorizadas para emissão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30/04/2022 pela Comissão Diretiva.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos financeiros têm a seguinte decomposição.

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aparecimentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões por perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outros	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
Outros ativos financeiros	137 769 818,21									137 769 818,21
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - justo valor										
Outros ativos financeiros										
Total	137 769 818,21									137 769 818,21

Os ativos descritos no quadro são respeitantes a Certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), conforme abaixo discriminado:

Entidade			Valor final do período			Observações
Denominação	Natureza da Entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrito	Valor contabilizado a 31/12/2022	
IGCP, E.P.E.	Entidade Pública	503756237	5 846 615,66	04/01/2022	5 846 615,66	Reaplicação DE CEDIC
			797 000,00	24/01/2022	797 000,00	
			1 009 170,00	01/03/2022	1 009 170,00	
			26 738 084,82	03/03/2022	26 738 084,82	
			858 837,98	22/03/2022	858 837,98	
			2 316 309,02	31/05/2022	2 316 309,02	
			2 901 324,93	28/06/2022	2 901 324,93	
			5 937 032,00	02/08/2022	5 937 032,00	
			706 577,59	21/09/2022	706 577,59	
			3 408 266,79	18/10/2022	3 408 266,79	
			1 103 879,22	01/11/2022	1 103 879,22	
			59 979 420,83	15/12/2022	59 979 420,83	
			14 943 321,09	06/12/2022	14 943 321,09	
2 623 202,00	27/12/2022	2 623 202,00				
8 600 776,28	29/12/2022	8 600 776,28				
Total			137 769 818,21		137 769 818,21	

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O FRCP não dispõe de mapa de pessoal. Conforme determina o n.º 3 do artigo 2º do regulamento de Gestão do FRCP, aprovado pela Portaria n.º 293/2009, de 24 de março, o Fundo funciona junto DGTF, a qual assegura o apoio técnico, logístico e admirativo à respetiva comissão diretiva.

20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

O Fundo não esteve sujeito ao controlo nem teve qualquer tipo de controlo sobre outras entidades, pelo que não existem relacionamentos a divulgar.

O FRCP funciona sob a tutela do Ministro das Finanças.

[Handwritten signature and initials]

23 -OUTRAS DIVULGAÇÕES

23.1 —TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

O valor inscrito na rubrica transferências e subsídios correntes respeita a receita obtida pela afetação do produto da alienação, da oneração, do arrendamento e da cedência de utilização de imóveis do Estado e receita decorrente da aplicação do princípio da onerosidade, nos termos da Portaria n.º 278/2012, de 14 de setembro.

O valor inscrito na referida rubrica, no montante 11.967969 €, encontra-se detalhado conforme mapa seguinte:

Designação	Valor(€)
Princípio de Onerosidade	11 841 840,65
Rendas - Terrenos - Cedências	600,00
Rendas - Habitação	3 194,39
Rendas - Edifícios	1 421,20
Rendas Edifícios - Cedências	114 765,12
Juros - Pagamento Diferido Alienação de imóveis	6 147,70
Total	11 967 969,06

23.2— DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Não se registou despesa desta natureza.

23.3 — DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

O valor inscrito na rubrica transferências e subsídios concedidos, no montante de 754.403,87€, respeita aos pagamentos efetuados aos serviços beneficiários do FRCP no âmbito de operações de reabilitação e conservação de acordo com o mapa seguinte:

RCE	Entidade Beneficiária	Valor
080306	Universidade de Évora	707 768,38
080306	Centro Hospitalar do Oeste, E.P.E	46 635,49
Total		754 403,87

23.4— DESAGREGAÇÃO DA RUBRICA OUTROS GASTOS

O valor inscrito em outros gastos, no montante de 6.566,44 €, decorreu do IRC referente às aplicações financeiras em CEDIC.

23.5—JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Os juros e rendimentos similares, no montante de 27.274,09 €, correspondem aos rendimentos provenientes de aplicações financeiras em CEDIC.

23.6 — RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido do período de 2022, apurado no montante de 11.234.272,84 €, será incorporado em resultados transitados no ano de 2023.

Salienta-se que o resultado líquido foi aplicado em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC) ao abrigo do Despacho n.º 14343/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 240 de 15 de dezembro de 2022. Desse procedimento, resultou que o saldo para a gerência seguinte foi nulo.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstrações Orçamentais
Demonstração de Despesa Orçamental

Rubrica	Descrição	2022 - Fontes de Financiamento					2022 - Fontes de Financiamento					Total	2021	
		RP	RG	UE	EMPR	Fundo Alheio	RP	RG	UE	EMPR	Fundo Alheio			
RA01	Saldo de Gestão anterior	4 446 330,56	-	-	-	-	4 446 330,56	-	-	-	-	4 446 330,56	-	-
RI01	Operações orçamentais (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RI04	Execb. saldo oper. orçam. devolvido por ent. terç.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RI03	Operações de tesouraria (A)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA02	Recursos próprios	11 981 853,20	-	-	-	-	11 981 853,20	-	-	-	-	11 981 853,20	-	-
R1	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.1	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R1.2	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições tñst. proteção social e subsistência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos da propriedade	13 884,14	-	-	-	-	13 884,14	-	-	-	-	13 884,14	-	-
R5	Transferências e subsídios correntes	11 967 969,06	-	-	-	-	11 967 969,06	-	-	-	-	11 967 969,06	-	-
RS1	Transferências correntes	11 967 969,06	-	-	-	-	11 967 969,06	-	-	-	-	11 967 969,06	-	-
RS1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.1	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.2	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.3	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.4	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.5	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.6	Ente. U-E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.7	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS1.1.8	Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R7	Outras receitas correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA03	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R8	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1	Transferências e subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.1	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.2	Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.3	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.4	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.5	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.6	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.7	Ente. U-E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.1.1.8	Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R9.2	Subsídios de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA11	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA05	Recursos próprios	11 981 853,20	-	-	-	-	11 981 853,20	-	-	-	-	11 981 853,20	-	-
R12	Recursos próprios	55 533 090,27	-	-	-	-	55 533 090,27	-	-	-	-	55 533 090,27	-	-
R13	Recursos próprios	55 533 090,27	-	-	-	-	55 533 090,27	-	-	-	-	55 533 090,27	-	-
RA06	Recursos próprios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA07	Operações de tesouraria (B)	71 981 274,03	-	-	-	-	71 981 274,03	-	-	-	-	71 981 274,03	-	-
RA08	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA09	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA10	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA11	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA12	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA13	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA14	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA15	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA16	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA17	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA18	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA19	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA20	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA21	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA22	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA23	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA24	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA25	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA26	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA27	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA28	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA29	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA30	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA31	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA32	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA33	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA34	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA35	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA36	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA37	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA38	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA39	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA40	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA41	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA42	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA43	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA44	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA45	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA46	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA47	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA48	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA49	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA50	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA51	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA52	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA53	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA54	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA55	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA56	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA57	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA58	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA59	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA60	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA61	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA62	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA63	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA64	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA65	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA66	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA67	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA68	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA69	Operações de tesouraria (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RA70	Operações de tesouraria (B)	-	-	-</										



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Previsões Carrigadas (1)	Receita por cobrir de períodos anteriores (2)	Recostas Liquidadas (3)	Liquideiros Anulados (4)	Recostas Cobradas lucras (5)	Reembolsos e Restituições		Recostas Cobradas Líquidas			Recostas por cobrir no final do período (11)	Grau de Execução (12)=(10)/(1)x100	
							Emitidos (6)	Pagos (7)	Período anteriores (8)	Período Corrente (9)	Total (10)=(6)+7)			
	<i>Recosta Corrente</i>													
R.05.03.01.01.78	RECISTAS PRÓPRIAS CEDI-ADM CENTRAL-ESTADO	13 885,00	-	13 884,14	-	13 884,14	-	-	13 884,14	-	13 884,14	-	98,98%	
R.06.03.01.89.78	RECISTAS PRÓPRIAS - ADM CENTRAL-ESTADO-OUTRAS	14 928 668,00	-	11 987 969,06	-	11 987 969,06	-	-	11 987 969,06	-	11 987 969,06	-	78,79%	
	<i>Recostas de Capital</i>													
R.10.03.01.01.78	REC INPOSTOS ESTADO - ADM CENTRAL	29 064,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
R.11.02.03.01.78	REC PRÓPRIAS - ADM PUB-ADM CENTRAL-ESTADO-TÍTULOS CP	55 533 090,27	-	55 533 090,27	-	55 533 090,27	-	-	55 533 090,27	-	55 533 090,27	-	100,00%	
R.16.01.03.01.78	REC PRÓPRIAS - MA POSSE SERVIÇO	4 446 330,00	-	4 446 330,56	-	4 446 330,56	-	-	4 446 330,56	-	4 446 330,56	-	-	
	Total	78 021 039,00	-	71 961 274,03	-	71 961 274,03	-	-	71 961 274,03	-	71 961 274,03	-	95,07%	



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Alterações Orçamentais da Receita

Rubricas (1)	Tipo (2)	Previsões Iniciais (3)	Receita			Previsões Corrigidas (7) = 3+4-5+6 (8)	Observações
			Inscrições /Reforços (4)	Alterações Orçamentais Diminuições /Anulações (5)	Créditos Especiais (6)		
R1 Receita fiscal		-	-	-	-	-	
R1.1 Impostos diretos		-	-	-	-	-	
R1.2 Impostos indiretos		-	-	-	-	-	
R2 Contribuições para a segurança social, CGA e ADSE		-	-	-	-	-	
R3 Taxas, multas e outras penalidades		-	-	-	-	-	
R4 Rendimentos de propriedade		-	-	-	-	-	
R4 Rendimentos de propriedade		12 553,00	-	-	-	12 553,00	
R5 Transferências e subsídios correntes	M	-	1 332,00	-	-	1 332,00	
R5.1 Transferências correntes		15 000 000,00	-	1 332,00	-	14 998 668,00	
R5.1.1 Administrações Públicas		15 000 000,00	-	1 332,00	-	14 998 668,00	
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português		15 000 000,00	-	1 332,00	-	14 998 668,00	
R5.1.1.1.1 Administração Central - Estado Português		15 000 000,00	-	-	-	15 000 000,00	
R5.1.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	M	-	-	-	-	-1 332,00	
R5.1.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	
R5.1.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	
R5.1.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	
R5.1.2 Exterior - U E		-	-	-	-	-	
R5.1.3 Outras		-	-	-	-	-	
R5.2 Subsídios correntes		-	-	-	-	-	
R6 Venda de bens e serviços		-	-	-	-	-	
R7 Outras receitas correntes		-	-	-	-	-	
R8 Venda de bens de investimento		-	-	-	-	-	
R9 Transferências e subsídios de capital		29 064,00	-	-	-	29 064,00	
R9.1 Transferências de capital		29 064,00	-	-	-	29 064,00	
R9.1.1 Administrações Públicas		29 064,00	-	-	-	29 064,00	
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português		29 064,00	-	-	-	29 064,00	
R9.1.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		-	-	-	-	-	
R9.1.1.1.3 Segurança Social		-	-	-	-	-	
R9.1.1.1.4 Administração Regional		-	-	-	-	-	
R9.1.1.1.5 Administração Local		-	-	-	-	-	
R9.1.2 Exterior - U E		-	-	-	-	-	
R9.1.3 Outras		-	-	-	-	-	
R10 Outras receitas de capital		-	-	-	-	-	
R11 Reposição não abatidas aos pagamentos		-	-	-	-	-	
R12 Receita com ativos financeiros	M	-	55 533 091,00	-	-	55 533 091,00	
R13 Receita com passivos financeiros		-	-	-	-	-	
R14 Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	-	4 446 331,00	-	-	4 446 331,00	
Total	Total	15 041 617,00	59 979 422,00	1 332,00	-	75 021 039,00	

[Handwritten signature]



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração de Alterações Orçamentais da Despesa

Rubricas (1)	Tipo (2)	Dotações Iniciais (3)	Despesa			Dot. Corrigidas (7) = 3+4-5+6	Observações (8)
			Inscrições/Reforços (4)	Alterações Orçamentais			
				Diminuições/ Anulações (5)	Créditos Especiais (6)		
D1 Despesas com o pessoal	-	-	-	-	-	-	
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	-	-	-	-	-	-	
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	-	-	-	-	-	-	
D1.3 Segurança social	-	-	-	-	-	-	
D10 Despesa com passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	
D2 Aquisição de bens e serviços	-	143 000,00	-	-	-	143 000,00	
D3 Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	
D4 Transferências e subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	
D4.1 Transferências correntes	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1 Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.3 Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.4 Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
D4.1.1.5 Administração Local	-	-	-	-	-	-	
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	
D4.1.3 Famílias	-	-	-	-	-	-	
D4.1.4 Outras	-	-	-	-	-	-	
D4.2 Subsídios correntes	-	-	-	-	-	-	
D5 Outras despesas correntes	-	3 482 637,00	-	-	-	3 482 637,00	
D6 Aquisição de bens de capital	-	-	332,00	-	-	-3 478 851,00	
D7 Transferências e subsídios de capital	P	-	-	-	-	-	
D7.1 Transferências de capital	-	11 406 881,00	1 940 170,00	9 676 200,00	-	3 670 851,00	
D7.1.1 Administrações Públicas	-	11 406 881,00	1 940 170,00	9 676 200,00	-	3 670 851,00	
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	-	6 661 458,00	-	856 756,00	-	6 661 458,00	
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	-	4 745 423,00	1 083 414,00	3 527 505,00	-	-5 291 939,00	
D7.1.1.3 Segurança Social	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.4 Administração Regional	-	-	-	-	-	-	
D7.1.1.5 Administração Local	-	-	-	-	-	-	
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	-	-	-	-	-	-	
D7.1.3 Famílias	-	-	-	-	-	-	
D7.1.4 Outras	-	-	-	-	-	-	
D8 Outras despesas de capital	P	9 099,00	-	-	-	9 099,00	
D8 Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	
D9 Despesa com ativos financeiros	M	-	59 979 421,00	-	9 099,00	-9 099,00	
D9 Despesa com ativos financeiros	-	-	11 223 980,00	-	-	59 979 421,00	
D9 Despesa com ativos financeiros	P	-	73 143 903,00	-	-	-11 223 980,00	
Total		15 041 617,00	73 143 903,00	13 164 482,00	-	75 021 038,00	

Handwritten initials and the number 45.